

A preservação documental dos processos de tombamento de bens culturais materiais do estado de Pernambuco

documental preservation of the processes of tombing of material cultural property in the state of Pernambuco

 Kézia de Lira Feitosa ¹

 Diego Andres Salcedo ²

 Danielle Alves de Oliveira ³

 Antônio de Souza Silva Júnior ⁴

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCI/UFPE). Mestra em Ciência da Informação.

E-mail: kezia.lira@ufpe.br

² Professor e pesquisador do Departamento de Ciência da Informação (DCI) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCI/UFPE).

E-mail: diego.salcedo@ufpe.br

³ Doutora em Ciência da Informação. Professora do Departamento de Ciência da Informação (DCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

E-mail: prof.danielle.alves@gmail.com

⁴ Doutor em Administração. Professor no Departamento de Ciência da Informação (DCI) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCI/UFPE).

E-mail: silvajunior.as@ufpe.br



ACESSO ABERTO

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. 

Conflito de interesses: Os autores declaram que não há conflito de interesses.

Financiamento: Não há.

Declaração de Disponibilidade dos dados:

Todos os dados relevantes estão disponíveis neste artigo.

Recebido em: 14 out. 2024.

Aceito em: 15 ago. 2026.

Publicado em: 24 ago. 2026.

Como citar este artigo:

FEITOSA, K. L.; SALCEDO, D. A.; OLIVEIRA, D. A. de; SILVA JÚNIOR, A. S. A preservação documental dos processos de tombamento de bens culturais materiais do estado de Pernambuco. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 11, p. 1-29, 2026. DOI: <https://doi.org/10.36517/ip.v11i.94333>

RESUMO

Os processos de tombamento constituem documentos arquivísticos fundamentais para a preservação das informações que registram o reconhecimento e a proteção dos bens culturais. Este artigo tem como objetivo analisar as ações de preservação documental desenvolvidas no acervo dos processos de tombamento dos bens culturais materiais sob a guarda da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), discutindo suas contribuições para a conservação, a gestão documental e o acesso à informação. Trata-se de um relato de experiência, de abordagem qualitativa e natureza descritiva,

fundamentado nas atividades de diagnóstico, inventário, higienização, acondicionamento, reorganização física e recuperação da informação realizadas entre 2023 e 2024. A discussão articula referenciais da Arquivologia, da preservação documental e do patrimônio cultural. Os resultados evidenciam que as intervenções contribuíram para a estabilização das condições físicas da documentação, a reorganização do acervo, a padronização da identificação dos processos e a ampliação das condições de acesso às informações patrimoniais. Conclui-se que a integração entre conservação preventiva, organização arquivística e recuperação da informação fortalece a gestão dos acervos permanentes e favorece sua utilização pela administração pública, pela pesquisa e pela sociedade.

Palavras-chave: patrimônio cultural; processos de tombamento; Arquivologia; preservação documental; conservação preventiva.

ABSTRACT

The listing processes constitute fundamental archival records for preserving information that documents the recognition and protection of cultural assets. This article aims to analyze the

documentary preservation actions carried out on the collection of listing processes of material cultural assets under the custody of the Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), discussing their contributions to conservation, records management, and access to information. This is an experience report, with a qualitative approach and descriptive nature, based on diagnostic, inventory, cleaning, housing, physical reorganization, and information retrieval activities conducted between 2023 and 2024. The discussion draws on theoretical references from Archival Science, documentary preservation, and cultural heritage. The results show that the interventions contributed to stabilizing the physical condition of the documentation, reorganizing the collection, standardizing the identification of the processes, and expanding access conditions to heritage-related information. The article concludes that the integration of preventive conservation, archival organization, and information retrieval strengthens the management of permanent collections and supports their use by public administration, researchers, and society.

Keywords: cultural heritage; listing processes; Archival Science; documentary preservation; preventive conservation.

1 INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural constitui um dos principais instrumentos de preservação das referências históricas, sociais e culturais de uma coletividade, reunindo bens aos quais são atribuídos valores históricos, artísticos, arquitetônicos, arqueológicos, paisagísticos, científicos ou simbólicos. Sua proteção ultrapassa a conservação material dos bens, pois busca preservar os testemunhos da trajetória histórica e da diversidade cultural das sociedades, favorecendo a construção da memória, da identidade e do sentimento de pertencimento (Choay, 2006; Fonseca, 2009).

Nesse contexto, a documentação produzida sobre os bens culturais assume papel igualmente relevante, uma vez que apresenta as informações que fundamentam seu reconhecimento como patrimônio e subsidia sua gestão ao longo do tempo. Conforme destaca Oliveira (2013), a informação patrimonial constitui elemento essencial para a construção da memória social, ao registrar os significados atribuídos aos bens culturais e possibilitar sua transmissão às gerações futuras.

No Brasil, a política de proteção dos bens culturais consolidou-se institucionalmente com o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e instituiu o tombamento como um dos principais instrumentos jurídicos destinados à salvaguarda dos bens culturais. Posteriormente, a Constituição Federal de 1988 ampliou a concepção de patrimônio cultural brasileiro e atribuiu à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios competência comum para protegê-lo, possibilitando que cada ente federativo estruturasse seus próprios sistemas de preservação, em consonância com suas especificidades administrativas e culturais.

Como resultado desse procedimento, a instrução dos pedidos de tombamento passou a produzir um conjunto documental que reúne os estudos e registros técnicos utilizados na avaliação dos bens culturais. Integrado por pareceres, levantamentos históricos, fotografias, plantas, mapas e outros elementos probatórios, esse conjunto fundamenta as decisões relativas à proteção do patrimônio cultural. Seu valor ultrapassa a finalidade administrativa e jurídica imediata, pois conta a trajetória dos bens protegidos e constitui importante fonte para a pesquisa, a gestão e a produção do conhecimento. Nessa perspectiva, os arquivos permanentes extrapolam a função de custódia ao possibilitarem novas interpretações dos processos históricos e ampliarem as possibilidades de acesso e de produção de conhecimento.

No Estado de Pernambuco, a política de proteção do patrimônio cultural material é regulamentada pela Lei nº 7.970, de 18 de setembro de 1979, e pelo Decreto nº 6.239, de 11 de janeiro de 1980, sendo operacionalizada por meio do Sistema Estadual de Tombamento, composto pela Secretaria de Cultura (Secult-PE), pelo Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural de Pernambuco (CPPC/PE) e pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe). Criada em 1979, a Fundarpe constitui a principal instituição pública estadual responsável pela execução dessa política, competindo-lhe realizar a instrução técnica dos processos de tombamento, emitir pareceres especializados e custodiar a documentação produzida durante esse procedimento.

Após a homologação do tombamento pelo Governo do Estado, esses processos passam a integrar o acervo permanente da Fundarpe, tornando-se instrumentos de consulta administrativa, pesquisa científica e referência para futuras ações de proteção do patrimônio cultural. Entretanto, o uso contínuo, as condições de acondicionamento e a ação de diferentes agentes de deterioração podem comprometer a integridade física dessa documentação e, conseqüentemente, limitar o acesso às informações patrimoniais nela registradas. A adoção

de medidas de conservação preventiva e de gestão arquivística revela-se, portanto, indispensável para assegurar sua autenticidade, sua utilização continuada e sua função social.

Embora os processos de tombamento desempenhem papel estratégico para a gestão do patrimônio cultural, ainda são pouco frequentes estudos que sistematizem experiências de conservação preventiva desenvolvidas especificamente sobre esse tipo de acervo, articulando os procedimentos técnicos às contribuições da Arquivologia para a organização, a gestão e o acesso aos documentos permanentes. A divulgação dessas experiências pode contribuir para o aperfeiçoamento das práticas de preservação em instituições responsáveis pela proteção do patrimônio cultural e ampliar o debate sobre a gestão de acervos arquivísticos vinculados às políticas públicas de preservação.

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar as ações de preservação documental desenvolvidas no acervo dos processos de tombamento dos bens culturais materiais sob a guarda da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. O estudo descreve e analisa as ações de diagnóstico, inventário, higienização, acondicionamento, sinalização e reorganização física de 220 processos de tombamento, compostos por documentos originais e cópias, discutindo suas contribuições para a conservação do acervo, para a gestão documental e para a ampliação das condições de acesso às informações produzidas no âmbito do Sistema Estadual de Tombamento de Pernambuco.

2 OS PROCESSOS DE TOMBAMENTO E A PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL

Ao longo do século XX, a compreensão do patrimônio cultural foi significativamente ampliada, deixando de privilegiar exclusivamente a materialidade dos bens para incorporar os valores históricos, culturais, simbólicos e sociais que fundamentam seu reconhecimento e sua permanência como referências coletivas. Nesse cenário, Lowenthal (2015) destaca que essa transformação resultou na maneira como as sociedades passaram a se relacionar com o passado e com sua cultura material, atribuindo novos significados aos objetos e às evidências produzidas ao longo da história.

Desse modo, a proteção de um bem cultural não decorre apenas de suas características físicas, mas do reconhecimento social dos valores que lhe são atribuídos. Como afirma Chagas (2005, p. 119), "sem a identificação de um valor qualquer [...] a

preservação não será deflagrada, ainda que exista o perigo da destruição". O processo de atribuição de valor constitui, portanto, elemento central das políticas de proteção do patrimônio cultural, pois a permanência desses bens depende, em grande medida, da circulação e da apropriação das informações que explicam sua relevância para a sociedade. Quanto maior a compreensão sobre os significados históricos, culturais e simbólicos associados ao patrimônio, maiores tendem a ser as condições para seu reconhecimento, valorização e preservação.

Nesse contexto, as informações produzidas sobre os bens culturais assumem papel estratégico, pois tornam acessíveis os elementos que fundamentam seu reconhecimento e permitem que esses significados sejam compartilhados e continuamente reinterpretados pela sociedade. Araripe (2004) observa que o patrimônio cultural deve ser compreendido também como fonte de informação, cuja apropriação favorece a construção da memória social, fortalece a cidadania e amplia as possibilidades de produção do conhecimento. Em sentido convergente, Oliveira (2013) argumenta que os registros produzidos sobre os bens culturais documentam os significados socialmente atribuídos a eles, permitindo que essas interpretações permaneçam acessíveis.

Os processos de tombamento materializam essa produção de informações ao longo da instrução interna, reunindo os estudos, as análises e as decisões que fundamentam o reconhecimento dos bens culturais. É por meio dessa documentação que os valores atribuídos aos bens são formalmente registrados, discutidos e justificados perante a administração pública. Mais do que formalizar decisões administrativas, esse acervo preserva evidências sobre os critérios técnicos empregados na valoração dos bens, documentam a atuação das instituições responsáveis por sua proteção e comprovam a própria trajetória das políticas públicas de preservação. Ao atestarem esse processo de atribuição de valor, constituem testemunhos da atuação dos órgãos de proteção do patrimônio cultural e importantes fontes para a gestão pública, a pesquisa e a compreensão das transformações ocorridas nesse campo ao longo do tempo.

Sob a perspectiva arquivística, a relevância dessa documentação ultrapassa a finalidade imediata. Produzidos no exercício das competências dos órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio cultural, esses registros constituem evidências das decisões administrativas, dos procedimentos técnicos e dos critérios que orientaram o reconhecimento e a salvaguarda dos bens culturais. Nesse sentido, preservam não apenas

informações sobre os bens protegidos, mas também apontam a atuação institucional na formulação e execução das políticas públicas de preservação.

Essa característica evidencia que os processos de tombamento conservam o vínculo entre sua produção, as atividades que lhes deram origem e o contexto institucional em que foram constituídos. Para Duranti (1994), o valor do documento arquivístico decorre justamente de sua capacidade de servir como evidência das funções e atividades que o produziram. Nessa perspectiva, a preservação deles garante a continuidade dos registros que fundamentam o reconhecimento dos bens culturais e documenta a atuação institucional responsável por sua proteção.

2.1 Preservação Documental e Conservação Preventiva dos Processos de Tombamento

A relevância arquivística dos processos de tombamento torna sua preservação condição indispensável para assegurar a continuidade das evidências documentais produzidas durante o reconhecimento dos bens culturais. Entretanto, a permanência desses registros ao longo do tempo não depende apenas de sua guarda institucional, mas da adoção de políticas e procedimentos capazes de minimizar os efeitos da deterioração e garantir sua integridade física, sua autenticidade e seu acesso ao longo do tempo.

Sob essa perspectiva, a preservação documental constitui um conceito abrangente, compreendendo o conjunto de ações administrativas e técnicas destinadas a prolongar a vida útil dos documentos e assegurar sua utilização pelas gerações presentes e futuras. Nesse contexto inserem-se a conservação preventiva, voltada à prevenção ou ao retardamento dos processos de degradação, e a restauração, empregada quando as alterações físicas já comprometem a estabilidade do suporte documental. Conforme Cassares (2000, p. 12), a restauração corresponde a "um conjunto de medidas que objetivam a estabilização ou a reversão de danos físicos ou químicos adquiridos pelo documento ao longo do tempo e do uso", devendo ser realizada de modo a não comprometer sua integridade nem seu caráter histórico.

Ao discutir as estratégias de conservação, Teijgeler (2007, p. 47) distingue duas modalidades complementares de intervenção. Segundo o autor, a conservação preventiva compreende ações que "contribuem direta ou indiretamente para a conservação e integridade dos acervos", por meio da definição de estratégias administrativas, políticas e

procedimentos destinados a prevenir ou retardar sua degradação. Em contrapartida, a conservação reparadora consiste nas intervenções realizadas diretamente sobre a estrutura física dos documentos quando os danos já se encontram instalados. Embora ambas desempenhem papel relevante, a prevenção é amplamente reconhecida como a estratégia mais eficaz, pois reduz a necessidade de intervenções posteriores e favorece a preservação das características originais dos documentos.

Considerando que os processos de tombamento são constituídos predominantemente por documentos em suporte papel, sua preservação exige atenção às características físico-químicas desse material. Por tratar-se de um suporte higroscópico, o papel responde continuamente às variações ambientais, tornando-se particularmente sensível à ação da luz, da temperatura, da umidade relativa, dos poluentes atmosféricos e dos agentes biológicos. Essas características tornam indispensável a adoção de medidas preventivas relacionadas ao acondicionamento, ao armazenamento e ao controle ambiental, reconhecidas por Vaillant (2013) como elementos fundamentais para a estabilidade física dos acervos documentais.

A deterioração resulta, em geral, da atuação simultânea de diferentes agentes físicos, químicos e biológicos, cujos efeitos variam conforme as condições de guarda e de uso do acervo. Entre os fatores mais recorrentes destacam-se a incidência excessiva de luz, o acúmulo de poeira e partículas, a acidificação do papel, as alterações cromáticas e a ação de fungos, bactérias, insetos e roedores. Associados a condições inadequadas de temperatura e umidade relativa, esses fatores aceleram os processos de degradação, comprometendo progressivamente a estabilidade dos documentos e dificultando sua consulta e utilização (Salcedo; Feitosa; Souza; Oliveira, 2022).

Diante desse cenário, o diagnóstico das condições de conservação constitui etapa fundamental para o planejamento das ações de preservação documental. A identificação das características do acervo, dos tipos de deterioração existentes e dos fatores de risco permite estabelecer prioridades de intervenção e definir estratégias compatíveis com as especificidades de cada conjunto documental. Assim, a conservação preventiva fundamenta-se no conhecimento das condições materiais dos documentos, tornando o diagnóstico um instrumento indispensável para orientar intervenções tecnicamente fundamentadas e compatíveis com a realidade de cada acervo.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um relato de experiência, de abordagem qualitativa e natureza descritiva, fundamentado nas atividades de preservação documental desenvolvidas no arquivo responsável pela custódia dos processos de tombamento dos bens culturais materiais da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe). Conforme destacam Mussi, Flores e Almeida (2021), o relato de experiência constitui uma modalidade de investigação que possibilita sistematizar práticas desenvolvidas em contextos profissionais, transformando a experiência em objeto de reflexão e produção de conhecimento.

A experiência foi desenvolvida entre os anos de 2023 e 2024 no arquivo da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural da Fundarpe, setor responsável pela guarda dos processos de tombamento e pelo atendimento às demandas informacionais da Diretoria de Preservação Cultural, bem como de pesquisadores e demais usuários externos interessados na documentação. As atividades técnicas foram executadas por uma das autoras deste estudo, integrante da equipe do arquivo, contando com o acompanhamento e a consultoria dos demais autores sempre que necessário para discussão de procedimentos técnicos e fundamentação das decisões adotadas durante o desenvolvimento dos trabalhos.

A intervenção foi organizada em etapas sucessivas, compreendendo o diagnóstico das condições de conservação do acervo, o inventário dos processos de tombamento, a higienização mecânica, o acondicionamento, a sinalização e a reorganização física da documentação. O diagnóstico constituiu a etapa inicial da intervenção, permitindo identificar as características do conjunto documental, as condições de armazenamento, os principais agentes de deterioração e as necessidades de preservação, informações que subsidiaram o planejamento das ações desenvolvidas posteriormente.

O universo da pesquisa correspondeu a 220 processos de tombamento, composto por documentos originais e cópias, abrangendo bens tombados pelo Estado de Pernambuco, processos em tramitação, solicitações indeferidas, processos descontinuados e casos relacionados a bens protegidos nas esferas estadual e federal. Entre as cópias analisadas, algumas configuram-se como exemplares únicos disponíveis. Assim, o conjunto documental possui relevância para a preservação da memória institucional dos procedimentos de tombamento e contribui para reduzir o manuseio dos originais preservados na Biblioteca Teca Carlos.

Durante o desenvolvimento das atividades, foram registrados aspectos referentes às condições físicas da documentação, aos tipos de deterioração identificados, às intervenções executadas e às soluções adotadas para o tratamento do acervo, constituindo o corpus analítico deste relato.

A análise foi conduzida de forma descritiva e interpretativa, articulando a experiência desenvolvida com a literatura sobre patrimônio cultural, Arquivologia, preservação documental e conservação preventiva. Buscou-se discutir de que maneira as ações implementadas contribuíram para a preservação dos processos de tombamento, para a gestão do acervo e para a ampliação das condições de acesso às informações produzidas no âmbito das políticas públicas de proteção do patrimônio cultural.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados são apresentados de acordo com as principais etapas desenvolvidas durante a intervenção no acervo dos processos de tombamento da Fundarpe. Inicialmente, apresentam-se os resultados do diagnóstico e do inventário documental, que permitiram caracterizar o acervo e identificar suas condições de preservação e organização. Em seguida, discutem-se as principais alterações observadas nos documentos, as intervenções de conservação preventiva realizadas e, por fim, as contribuições dessas ações para a gestão do acervo e para a ampliação das condições de acesso às informações. A discussão dos resultados fundamenta-se na literatura arquivística e de conservação documental, buscando relacionar os procedimentos executados aos seus impactos sobre a preservação e a utilização da documentação.

4.1 Diagnóstico do acervo

O diagnóstico constituiu a primeira etapa da intervenção desenvolvida no arquivo responsável pela guarda dos processos de tombamento da Fundarpe, sendo realizado concomitantemente ao inventário documental. Conforme observam Ferreira e Melo (2008), o diagnóstico representa o ponto de partida para o planejamento das ações arquivísticas, uma vez que possibilita conhecer as condições de organização, preservação e funcionamento do arquivo, subsidiando a definição das intervenções necessárias.

Nessa perspectiva, o levantamento realizado teve por finalidade caracterizar o acervo sob os aspectos quantitativos, físicos e organizacionais, contemplando a identificação do volume documental, das condições de acondicionamento, dos principais agentes de deterioração, da forma de identificação das unidades de arquivamento e das condições de recuperação das informações. Além das alterações físicas presentes nos documentos, buscou-se compreender de que maneira a organização existente interferia na preservação e no acesso ao acervo, aspecto apontado pela literatura como parte integrante do próprio diagnóstico arquivístico.

O inventário identificou um total de 220 processos de tombamento, distribuídos entre diferentes situações administrativas, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Caracterização dos processos de tombamento identificados durante o inventário

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA	QUANTIDADE
Tombados pelo Estado de Pernambuco	111
Em Processo de Análise	58
Descontinuados ou Indeferidos	46
Tombamentos Federais	3
Tombamentos Conjuntos (Estadual/Federal)	2
TOTAL	220

Fonte: dados de pesquisa (2024).

A composição do acervo evidencia que o arquivo reúne não apenas processos concluídos, mas também registros correspondentes às diferentes fases da instrução administrativa dos pedidos de tombamento. Dessa forma, preserva evidências das decisões administrativas, dos estudos técnicos produzidos ao longo da análise dos bens culturais e da própria atuação institucional na implementação das políticas estaduais de preservação do patrimônio cultural.

O diagnóstico também revelou aspectos relacionados à organização física do acervo que repercutiam diretamente tanto na conservação quanto na recuperação da informação. Os processos encontravam-se acondicionados em pastas suspensas reutilizadas, muitas delas apresentando rasgos, deformações e sinais de desgaste decorrentes do uso contínuo. Observou-se ainda a coexistência de diferentes padrões de identificação das pastas,

incluindo anotações manuscritas e etiquetas produzidas em momentos distintos, situação que dificultava a padronização da localização dos documentos. Além disso, verificou-se a presença simultânea de processos em diferentes fases de tramitação, sem distinção visual que facilitasse sua identificação imediata, tornando mais frequente o manuseio do acervo durante as consultas (Figura 1)

Figura 1 – Situação inicial do acervo



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Esses resultados demonstram que o diagnóstico ultrapassou a simples identificação de danos físicos nos documentos. O levantamento permitiu compreender de forma integrada as condições de preservação, de organização e de acesso ao acervo, fornecendo os subsídios necessários para o planejamento das intervenções de conservação preventiva e das ações voltadas à melhoria da gestão documental. As principais alterações observadas durante essa etapa são apresentadas na seção seguinte.

4.2 Condições de conservação identificadas durante o diagnóstico

O diagnóstico revelou que as alterações observadas nos processos de tombamento resultavam da atuação conjunta de fatores relacionados ao envelhecimento natural do papel, às condições de acondicionamento e ao uso contínuo da documentação durante sua tramitação administrativa e posterior guarda permanente. Em diversos processos verificou-se a ocorrência simultânea de diferentes tipos de deterioração, evidenciando que esses

agentes atuam de forma associada e tendem a potencializar seus efeitos sobre a estabilidade física dos documentos. Embora o levantamento tenha sido desenvolvido com finalidade diagnóstica e não quantitativa, foi possível identificar um conjunto de alterações recorrentes que orientaram o planejamento das ações de conservação preventiva.

O Quadro 1 apresenta uma síntese das principais alterações observadas durante essa etapa, seus fatores associados e os riscos que representam para a preservação da documentação.

Quadro 1 – Síntese das condições de conservação identificadas durante o diagnóstico

ALTERAÇÃO IDENTIFICADA	CARACTERÍSTICAS OBSERVADAS NO ACERVO	PRINCIPAIS RISCOS PARA A DOCUMENTAÇÃO
Sujidades	Poeira, resíduos, excrementos e vestígios de insetos	Favorecimento da biodeterioração e aceleração da degradação do suporte
Manchas e Perda de Suporte	Acidificação, oxidação, rasgos e perdas localizadas do papel	Fragilização estrutural e perda parcial da informação
Dobras	Vincos e deformações nas extremidades das folhas e em documentos de grandes dimensões	Rompimento das fibras durante o manuseio
Corrosão por elementos metálicos	Oxidação de grampos, cliques e outros elementos metálicos	Manchas, corrosão e perda de suporte
Elementos externos e marcas de carimbo	Fitas adesivas, ligas elásticas, grampos e carimbos	Tensões mecânicas, manchas e dificuldades de conservação
Esmacimento	Redução da intensidade da escrita	Comprometimento da legibilidade
Fungos	Manchas e formações microbiológicas	Biodeterioração e risco de propagação para outros documentos

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

A caracterização dessas alterações permitiu compreender os principais fatores de deterioração presentes no acervo e subsidiou a definição das intervenções de conservação preventiva descritas na seção seguinte. As principais ocorrências identificadas são discutidas a seguir.

a) Sujidades

As sujidades constituíram uma das alterações mais frequentemente observadas durante o diagnóstico. Foram identificados acúmulos de poeira, resíduos provenientes da

degradação das próprias pastas de acondicionamento, além de excrementos e vestígios de insetos depositados sobre a superfície dos documentos (Figura 2). Conforme Bojanoski e Almada (2021), esse tipo de deterioração corresponde ao acúmulo de materiais particulados e resíduos aderidos ao papel, podendo favorecer a ação de agentes biológicos e acelerar processos de degradação quando não removidos adequadamente.

Figura 2 - Sujeidade e elementos externos retirados dos processos



Fonte: elaborado pelos autores (2023).

b) Manchas e perda de suporte

Também foram identificadas manchas decorrentes de processos de acidificação, oxidação e da ação de agentes externos sobre o suporte documental. Em diversos documentos essas alterações encontravam-se associadas à perda localizada de suporte, ocasionada pelo rompimento das fibras do papel em decorrência de rasgos, cortes, corrosão ou fragilidade adquirida ao longo do tempo (Figura 3). Segundo Bojanoski e Almada (2021), a perda de suporte representa um dos danos mais significativos em documentos em papel, pois compromete diretamente sua estabilidade física e pode ocasionar perda parcial das informações registradas.

Figura 3 - Perda de suporte e manchas



Fonte: elaborado pelos autores (2023).

c) Dobras e deformações

As extremidades dobradas constituíram outra alteração recorrente no acervo, especialmente em documentos submetidos a sucessivos manuseios ou acondicionados em espaços incompatíveis com suas dimensões originais. Essas deformações produziram vincos permanentes e áreas de fragilidade mecânica, aumentando o risco de rompimento das fibras durante a consulta aos processos (Figura 4).

Figura 4 - Dobras no documento



Fonte: elaborado pelos autores (2023).

d) Corrosão por elementos metálicos

O diagnóstico evidenciou a permanência de grampos, cliques e outros elementos metálicos utilizados ao longo da tramitação administrativa dos processos. Em diferentes documentos verificaram-se manchas de oxidação, corrosão e perdas localizadas de suporte decorrentes da deterioração desses materiais (Figura 5). Também foram observadas marcas produzidas por tintas ferrogálicas e outros componentes metálicos, demonstrando que a permanência desses elementos representa um importante fator de degradação em documentos de guarda permanente.

Figura 5 - Oxidação do por objeto metálico

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

e) Marcas de carimbo, elementos externos e esmaecimento

Além das alterações anteriormente descritas, foram observadas marcas de carimbos produzidos com tintas solúveis em água, presença de fitas adesivas, ligas elásticas, grampos e outros materiais incorporados aos processos durante sua tramitação administrativa (Figura 6). Embora esses elementos desempenhassem originalmente funções administrativas, sua permanência favoreceu o surgimento de manchas, tensões mecânicas e processos de degradação do suporte documental. Em alguns documentos verificou-se ainda o esmaecimento parcial da informação registrada, caracterizado pela redução da intensidade da escrita e pela diminuição de sua legibilidade.

Figura 6 - Grampos, fitas adesivas e outros elementos causadores de danos

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

f) Fungos

A ocorrência de fungos foi identificada em parte da documentação analisada, manifestando-se por manchas e formações características da atividade microbiológica sobre o papel. Embora não tenha sido predominante no conjunto documental, sua presença evidencia que determinados documentos estiveram expostos, em algum momento de sua trajetória, a condições inadequadas de temperatura, umidade relativa e ventilação. Em razão do potencial de propagação desses agentes e dos riscos que representam para a integridade dos documentos e para a saúde dos usuários, os casos identificados demandaram tratamento específico durante as etapas de conservação preventiva.

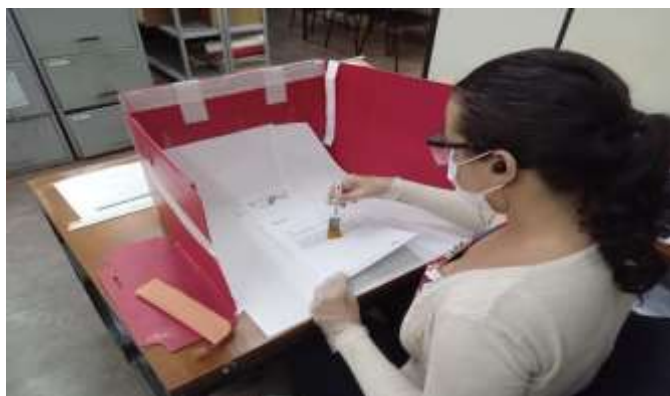
4.3 Intervenções de Conservação Preventiva

As intervenções realizadas foram definidas a partir das informações produzidas durante o diagnóstico, priorizando procedimentos compatíveis com os princípios da conservação preventiva e com as condições físicas apresentadas pelos processos de tombamento. Conforme discutido por Cassares (2000) e Teijgeler (2007), as ações de conservação preventiva buscam retardar os processos de deterioração por meio de intervenções mínimas, preservando a integridade física e a autenticidade dos documentos. Nesse contexto, as atividades concentraram-se na higienização do acervo, na remoção de materiais incompatíveis com a guarda permanente, na estabilização física dos documentos e na melhoria das condições de acondicionamento.

a) Higienização documental

A higienização constituiu uma das primeiras intervenções realizadas, tendo como objetivo remover partículas superficiais acumuladas sobre os documentos e reduzir fatores que favoreciam processos de degradação. Foram empregados procedimentos de limpeza mecânica compatíveis com documentos em suporte papel, utilizando trinchas de cerdas macias e, quando necessário, pó de borracha para remoção de sujidades mais aderidas, preservando a estabilidade física da documentação

Figura 7 - Higienização com trincha macia



Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Figura 8 - Pó de borracha e trouxa utilizadas na higienização



Fonte: elaborado pelos autores (2023).

b) Remoção de elementos incompatíveis

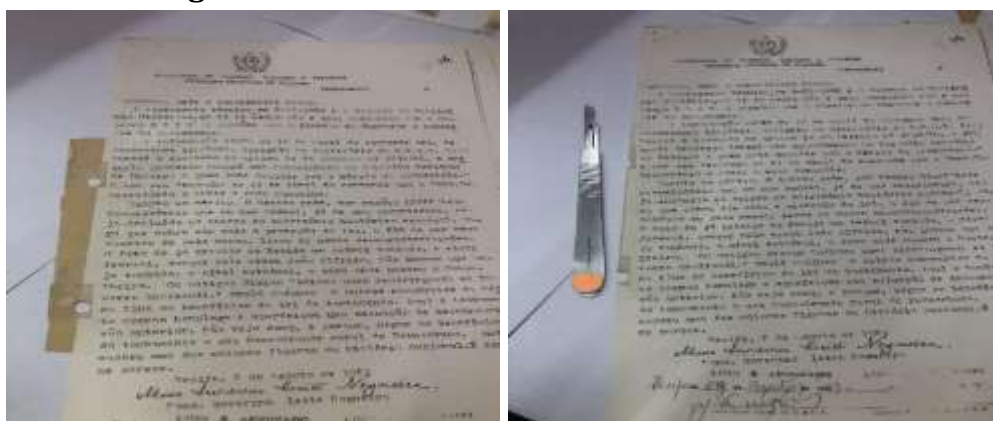
Outra intervenção consistiu na retirada de elementos incorporados aos processos durante sua tramitação administrativa, como grampos, cliques metálicos, ligas elásticas e fitas adesivas. A permanência desses materiais favorecia processos de oxidação, manchas e tensões mecânicas sobre o suporte documental, justificando sua remoção sempre que as condições físicas dos documentos permitiam esse procedimento. Nos casos em que a retirada de fitas adesivas exigia maior complexidade técnica, as intervenções foram realizadas de forma criteriosa, considerando as características do suporte e a estabilidade das informações registradas

Figura 9 - Retirada de etiquetas adesivas de fotografias



Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Figura 10 - Retirada de fita adesiva com bisturi



Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Figura 11 - Retirada de fita adesiva de planta



Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Figura 12 - Oxidação por clip de metal



Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Figura 13 - Oxidação por objeto metálico

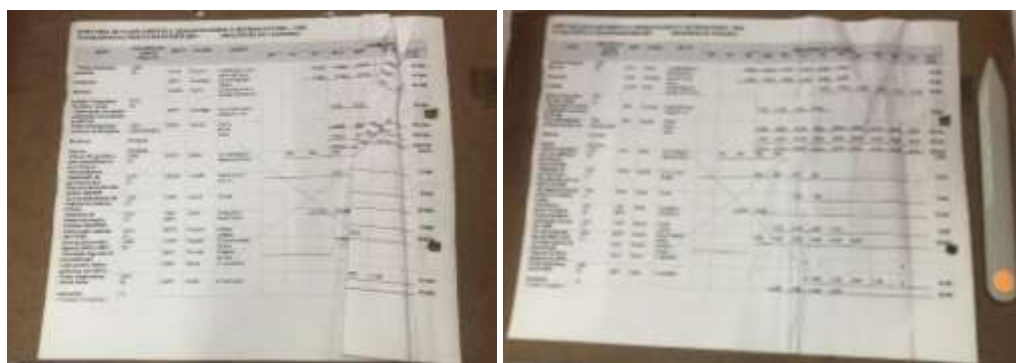


Fonte: elaborado pelos autores (2023).

c) Planificação dos documentos

Os documentos que apresentavam dobras e deformações foram submetidos a procedimentos de planificação sempre que as condições físicas do papel permitiam sua realização sem risco de agravamento dos danos. Em situações nas quais a fragilidade do suporte indicava possibilidade de perda material, optou-se pela manutenção da condição encontrada até que fosse possível a realização de tratamentos especializados

Figura 14 - Planificação com espátula

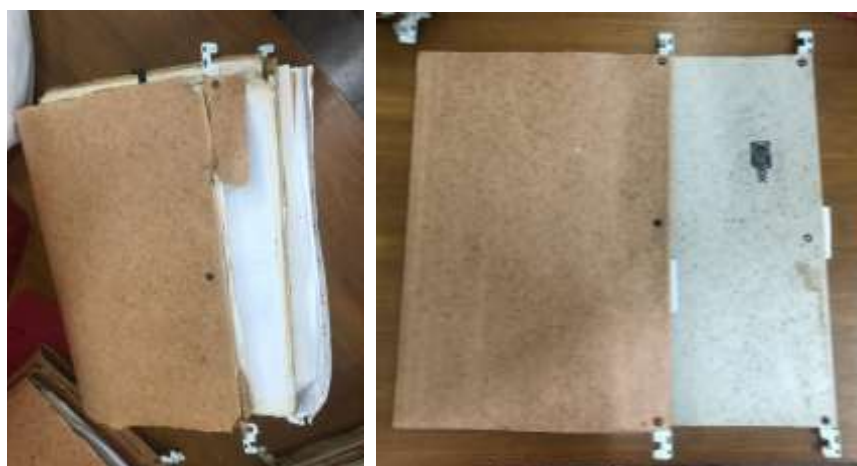


Fonte: elaborado pelos autores (2023).

d) Acondicionamento e estabilização física

Concluídas as intervenções de conservação, os processos foram reorganizados e acondicionados em suas respectivas unidades de arquivamento. As pastas suspensas que apresentavam condições de reutilização passaram por pequenos reparos, enquanto aquelas que apresentavam comprometimento estrutural foram substituídas. Paralelamente, recomendou-se a adoção gradual de materiais confeccionados em suporte quimicamente estável, compatíveis com a guarda permanente de documentos arquivísticos, visando ampliar a proteção física do acervo e retardar novos processos de deterioração

Figura 15 - Pastas suspensas Kfrat danificadas e reaproveitadas



Fonte: elaborado pelos autores (2023).

As intervenções realizadas não tiveram como finalidade restaurar integralmente os documentos, mas estabilizar suas condições de conservação e reduzir a atuação dos principais agentes de deterioração identificados durante o diagnóstico. Ao priorizar

procedimentos compatíveis com os princípios da conservação preventiva, buscou-se prolongar a vida útil dos processos de tombamento e criar condições mais adequadas para sua guarda, consulta e gestão institucional.

4.4 Contribuições da intervenção para a gestão e o acesso ao acervo

As atividades desenvolvidas produziram resultados que extrapolaram a estabilização das condições físicas dos processos de tombamento, repercutindo também na organização do acervo, na recuperação da informação e na redução dos fatores de risco associados ao seu uso cotidiano. Concluídas as ações de conservação preventiva, todas as unidades de arquivamento passaram por um processo de padronização da identificação, recebendo etiquetas informativas que facilitaram a localização dos processos e reduziram a necessidade de manuseio da documentação durante as atividades de consulta.

Paralelamente, foi implementado um sistema de identificação por meio de QR Code vinculado a uma planilha eletrônica contendo informações descritivas sobre cada processo de tombamento. Essa solução possibilitou que servidores e demais usuários internos consultassem previamente dados administrativos e descritivos da documentação, diminuindo a necessidade de acesso ao documento físico para a obtenção de informações básicas. A adoção desse recurso evidencia que ações de preservação documental podem ser articuladas a estratégias de organização e recuperação da informação, produzindo benefícios simultâneos para a conservação e para a gestão dos arquivos.

Figura 16 - Arquivo sinalizado



Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Figura 17 - Etiquetas padronizadas

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Os resultados obtidos corroboram a perspectiva apresentada por Cassares (2000), segundo a qual o manuseio constitui um dos principais fatores de deterioração dos documentos em papel. Nesse sentido, além das intervenções diretamente realizadas sobre os processos, foram elaboradas orientações destinadas aos profissionais responsáveis pelo arquivo, contemplando aspectos relacionados ao acondicionamento, à organização e ao manuseio da documentação. Essas recomendações buscaram incorporar os princípios da conservação preventiva às rotinas institucionais, contribuindo para a continuidade das ações iniciadas durante a intervenção.

As orientações enfatizaram a manutenção da ordem arquivística dos processos, a utilização de materiais compatíveis com documentos de guarda permanente, a substituição gradual de elementos metálicos por alternativas mais estáveis e a adoção de práticas adequadas de acondicionamento e armazenamento. Quanto ao manuseio da documentação, privilegiaram-se as recomendações atualmente adotadas pela área da conservação documental, priorizando a higienização das mãos antes da consulta e reservando o uso de equipamentos de proteção individual para situações específicas, como documentos com contaminação microbiológica ou outros riscos à saúde dos usuários.

Mais do que promover melhorias nas condições físicas da documentação, a experiência desenvolvida demonstrou que a integração entre conservação preventiva, organização arquivística e instrumentos de recuperação da informação fortalece a gestão do acervo e amplia as condições de acesso aos processos de tombamento. Ao reduzir o manuseio desnecessário dos documentos, padronizar sua identificação e aperfeiçoar os

mecanismos de recuperação da informação, as intervenções contribuíram para preservar as evidências documentais produzidas no âmbito das políticas públicas de proteção do patrimônio cultural, favorecendo sua utilização contínua nas atividades institucionais e nas demandas de pesquisa.

Esses resultados evidenciam que o diagnóstico sistemático das condições de conservação constitui um instrumento fundamental para orientar intervenções técnicas e subsidiar estratégias de gestão documental voltadas aos arquivos permanentes. Ao articular ações de conservação preventiva, organização física e recuperação da informação, a experiência desenvolvida permitiu não apenas ampliar a proteção do acervo, mas também qualificar seu acesso e sua utilização, reforçando o papel da Arquivologia na integração entre preservação documental, gestão arquivística e acesso à informação em acervos permanentes relacionados ao patrimônio cultural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relato analisou as ações de preservação documental desenvolvidas no acervo dos processos de tombamento dos bens culturais materiais sob a guarda da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), evidenciando a contribuição da conservação preventiva para a preservação, a organização e o acesso à documentação arquivística de guarda permanente.

A experiência demonstrou que as ações de preservação documental produziram resultados que ultrapassam a melhoria das condições físicas do acervo. A reorganização dos processos, a padronização de sua identificação e a implementação de mecanismos de recuperação da informação ampliaram as condições de consulta e utilização dessa documentação, favorecendo sua utilização contínua como fonte de informação para a administração pública, para a pesquisa e para a sociedade.

Para que esses resultados fossem alcançados, o diagnóstico das condições de conservação mostrou-se etapa fundamental, permitindo identificar os principais fatores de deterioração presentes no acervo e orientar intervenções compatíveis com as especificidades do acervo. Nesse sentido, as ações desenvolvidas contribuíram não apenas para a estabilização física dos processos, mas também para a qualificação da gestão arquivística e para a redução de fatores que dificultavam o acesso contínuo às informações registradas.

Sob a perspectiva da Arquivologia, a principal contribuição desta experiência consiste em evidenciar que o diagnóstico das condições de conservação ultrapassa sua função tradicional de identificação de danos, constituindo um instrumento para subsidiar decisões relacionadas à organização, à gestão e ao acesso aos documentos permanentes. A integração entre conservação preventiva, organização arquivística e recuperação da informação demonstrou que preservar documentos significa criar condições para que as informações neles registradas permaneçam acessíveis e possam ser continuamente apropriadas pela administração pública, pela pesquisa e pela sociedade.

Como limitação deste estudo, destaca-se que a experiência foi desenvolvida em um único acervo institucional, assumindo caráter qualitativo e descritivo, não contemplando a mensuração da incidência dos diferentes tipos de deterioração identificados durante o diagnóstico. Essa característica, contudo, não compromete o objetivo do trabalho, que consistiu em sistematizar a experiência desenvolvida e discutir suas contribuições para a preservação documental e para a gestão de acervos arquivísticos permanentes.

Por fim, considera-se que experiências dessa natureza evidenciam a importância da integração entre conservação preventiva, organização arquivística e gestão da informação como estratégia para qualificar a preservação dos documentos permanentes. Os resultados obtidos evidenciam que intervenções de baixo custo, como a padronização da identificação dos processos, a reorganização do acervo e a implementação de mecanismos de recuperação da informação, podem produzir impactos significativos nas condições de acesso aos usuários e na gestão documental. Ao favorecer a utilização contínua dos processos de tombamento pela administração pública, pela pesquisa e pela sociedade, essas ações ampliam as possibilidades de circulação das informações patrimoniais, permitindo que os documentos continuem cumprindo sua função como fontes para a gestão, para a produção do conhecimento e para a compreensão da trajetória dos bens culturais protegidos.

REFERÊNCIAS

ARARIPE, Fátima Maria Alencar. Informação patrimonial: a construção de instrumentos para a comunicação da cultura. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 111-123, maio/ago. 2004.

BOJANOSKI, Silvana; MICHELON, Francisca; BEVILACQUA, Cleci. Os termos

preservação, restauração, conservação e conservação preventiva de bens culturais: uma abordagem terminológica. **Calidoscópio**, v. 15, n. 3, p. 443-454, 2017. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2017.153.04>. Acesso em: 21 dez. 2023.

BOJANOSKI, Silvana; ALMADA, Márcia. **Glossário ilustrado de conservação e restauração de obras em papel: danos e tratamentos**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021.

CASSARES, N. C. **Como fazer prevenção preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000.

CHAGAS, Mário. Casas e portas da memória e do patrimônio. In: GONDAR, Jô; DODEBEL, Vera (Org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra capa, 2005. p. 115-132.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução: Luciano Vieira Machado. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2006. 282 p.

CULTURA.PE. **Tombamento**. Cultura.PE, [2023]. Disponível em: <https://www.cultura.pe.gov.br/pagina/patrimonio-cultural/material/tombamento/>. Acesso em: 21 dez. 2023.

DURANTI, Luciana. Archives as a place. **Archives and Museum Informatics**, v. 8, n. 4, p. 339-350, 1994

FERREIRA, L. C.; MELO, D. G. P. Diagnóstico de arquivos: instrumentos de ação efetiva na gestão documental. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 1., 2008, João Pessoa. **Anais** [...]. João Pessoa: [s. n.], 2008.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

LOWENTHAL, David. **The past is a foreign country**. New York: Cambridge University Press, 2015.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA,

Cláudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, v. 17, n. 48, 2021.

OLIVEIRA, Danielle Alves de. **A Informação Patrimonial e a Construção da Memória: uma análise das estratégias de preservação da memória do IPHAN e do IPHAEP**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

PERNAMBUCO. **Lei nº 7.970 de 18 de setembro de 1979**. Institui o Tombamento de bens pelo Estado. Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco, 1979. Disponível em: <https://www.cultura.pe.gov.br/pagina/patrimonio-cultural/material/legislacao/#:~:text=LEI%20N%C2%BA%207.970%2C%20DE%2018,tombamento%20de%20bens%20pelo%20Estado.&text=DECRETO%20N%C2%BA,Estado%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias>. Acesso em: 21 dez. 2023.

PERNAMBUCO. **Decreto nº 6.239 de 11 de janeiro de 1990**. Regulamenta a Lei nº 7.970, de 18 de setembro de 1979, que institui o Tombamento de bens pelo Estado, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.cultura.pe.gov.br/pagina/patrimonio-cultural/material/legislacao/#:~:text=LEI%20N%C2%BA%207.970%2C%20DE%2018,tombamento%20de%20bens%20pelo%20Estado.&text=DECRETO%20N%C2%BA,Estado%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias>. Acesso em: 21 dez. 2023.

POULOT, D. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

SALCEDO, D.; LIMA, I. O papel do bibliotecário na prática de preservação da

memória institucional: o caso do espaço memória da Justiça Federal de Pernambuco. **Ágora**, v. 28, n. 57, p. 314-331, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3p8L98I>. Acesso em: 17 nov. 2023.

SALCEDO, D. Memória postal brasileira no Arquivo Público de Pernambuco. **InCID**, v.10, n. 2, p. 158-174, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3zNS61y>. Acesso em: 28 nov. 2023.

SALCEDO, D. A.; FEITOSA, K. de L.; SOUZA, E. I.; OLIVEIRA, D. A. de. Preservação documental das partituras manuscritas de frevo da Banda Capitão Zuzinha de Pernambuco. **Revista ACB**, v. 27, n. 1, p. 1-16, 2022. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1808>. Acesso em: 28 nov. 2023.

TEIJGELER, R. **Conservação preventiva da herança documental em climas tropicais**: uma bibliografia anotada. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007.

VAILLANT CALLOL, Milagros. **Biodeterioração do patrimônio histórico documental**: alternativas para sua erradicação e controle. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013. 139 p.